

DOI: 10.46943/X.CIEH.2023.01.092

# ABORDAGEM GERONTOLÓGICA EM ÓTICA INTERSECCIONAL: A DIVERSIDADE DOS ENVELHECERES

*Ingrid Rochelle Rego Nogueira<sup>1</sup>*  
*Gabriela Brilhante Rabelo<sup>2</sup>*

## RESUMO

O processo de envelhecimento tem como uma de suas características básicas a heterogeneidade, entretanto, embora haja o reconhecimento de tal característica como um dos fundamentos da velhice, historicamente, a análise e prática gerontológica atuaram como se assim não fosse, não contemplando, em sua maioria, questões relativas à classe, gênero e raça. Esses marcadores são essenciais para a construção de reflexões críticas acerca das múltiplas velhices, das opressões que se acumulam ao longo do curso de vida, forjando velhices invisibilizadas e fragilizadas, bem como para uma atuação que aponte para as necessidades e demandas dos diversos envelhecimentos. Portanto, esse trabalho tem como objetivo trazer à baila a importância da interseccionalidade nos estudos e práticas gerontológicas, como contribuição não apenas reflexiva, mas também como posicionamento ético-político na garantia de direitos da população longeva, especialmente

1 Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia – PPGNEIM/UFBA, Especialista em Gerontologia titulada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, [ingridrochelle@yahoo.com.br](mailto:ingridrochelle@yahoo.com.br);

2 Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestra em Sociologia pelo Programa de Sociologia da Universidade Estadual do Ceará- PPGS/UECE. Especialista em Gerontologia pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR, [gabriela.brilhante@yahoo.com.br](mailto:gabriela.brilhante@yahoo.com.br).

as frágeis, sozinhas, negligenciadas e invisibilizadas no contexto neoliberal, racista, sexista e idadista, indicando como esse conceito pode ser experienciado na vivência profissional cotidiana. Como método adotado neste escrito, a pesquisa documental e bibliográfica associada à análise interseccional permitiu refletir qualitativamente como as desigualdades se expressam nas vidas longevas, quando se trata das condições de quem recebe e de quem presta cuidados. Nesse sentido, perdura significativamente a condição de mulheres negras desempenhando trabalhos domésticos e ocupando postos de trabalho informais precarizados, atravessados diretamente pela baixa escolaridade e remuneração, além de serem as mulheres o público que mais demanda e menos recebe cuidados. Dessa forma, a ótica interseccional, proporciona analisar as discriminações sofridas por esse público, descortinado as diferenças, que possam se manter invisíveis em estruturas de subordinação, as quais refletem diretamente nas condições de acesso e garantia de direitos fundamentais como o direito à vida, à saúde, à assistência, à educação, dentre outros.

**Palavras-chave:** Velhice, Gerontologia, Cuidado, Interseccionalidade.

## INTRODUÇÃO

O saber gerontológico, ou seja, a ciência interdisciplinar do envelhecimento tem sido, cada vez mais, interpelada pela heterogeneidade, característica inexorável desse processo do curso de vida que resulta na velhice. A qual não será marcada apenas por suas dimensões biomédicas, genéticas, mas também por toda a construção social, estrutural, econômica, cultural e política em torno da vida e da existência.

Os dados demográficos indicam na sociedade brasileira, não apenas as transformações etárias, mas sinalizam a necessidade de pensarmos os marcadores sociais de classe, raça e gênero que, engendrados na dinâmica social e formação sócio histórica do país, são imprescindíveis para compreender as desigualdades sociais que incidem diretamente na condição de existência de muitas vidas, vidas que estão envelhecendo, ou não vão envelhecer, visto tais condições estruturantes da vida social, que revelam desigualdades em meio a heterogeneidade.

A partir dessa premissa, consideramos que a análise e atuação gerontológicas devem privilegiar uma abordagem que contemple os diversos marcadores que perpassam as condições em que envelhecimentos são traçados e vivenciados. Por conseguinte, apontamos a interseccionalidade como importante ferramenta analítica e política que pode contribuir para a construção de um olhar e um fazer profissional que rompam com a visão homogeneizante do envelhecimento e que colabore para a superação de opressões e desigualdades.

Dessa feita, a presente elaboração é fundamentada em uma pesquisa documental, bibliográfica e qualitativa, na qual discutimos de forma breve como as múltiplas desvantagens ancoradas nos aspectos de gênero, classe e raça, agudizadas no neoliberalismo se materializam no envelhecimento da população por meio de uma perspectiva interseccional.

Assim, além desta introdução, este escrito se estrutura em mais três tópicos, que abordam respectivamente: o percurso feito na metodologia adotada, a discussão sobre a heterogeneidade do envelhecimento, as desigualdades de classe, gênero e raça, bem como seus impactos na

vivência da velhice; e por fim, as considerações finais, que arrematam essa escrita, elucidando a importância da interseccionalidade nos estudos e atuações gerontológicas.

## TRILHAS METODOLÓGICAS: ABORDAGEM GERONTOLÓGICA NA ÓTICA INTERSECCIONAL

Para a construção deste artigo, utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica acerca das categorias velhice, cuidados e interseccionalidade. Convém mencionar que embora ambas as pesquisas estejam apoiadas na análise de escritos, a pesquisa bibliográfica refere-se à consulta a materiais teóricos pré-existentes, elaborados por estudos e pesquisas anteriores, tais como livros, artigos, dentre outros, permitindo conhecer a realidade de forma mais ampla do que pesquisando apenas diretamente (Gil, 2017). Já a pesquisa documental concentra-se na compreensão de documentos de variadas fontes, não apenas de textos teóricos, mas também de leis, tabelas, fotos, jornais, escolhidos conforme o contexto de produção, o objetivo da pesquisa e o conteúdo das fontes (Lima Júnior *et al.*, 2021).

Outrossim, definimos a abordagem utilizada como qualitativa, visto que ao tratar da heterogeneidade do envelhecimento e da necessidade de uma ótica interseccional na análise gerontológica, estamos tratando de aspectos psicossociais, históricos, políticos, culturais e estruturais, que contemplam o universo da referida abordagem, definida por Minayo e Costa (2019) como uma abordagem que se relaciona com a compreensão, com a interpretação e com a dialética, pois ainda que um grupo de pessoas vivencie a mesma realidade, cada uma delas terá uma experiência particular sobre o vivido, construída com base em suas histórias de vida, participação social e contexto social, histórico e cultural.

Uma vez realizado esse levantamento, esse foi alvo de análises por uma ótica interseccional, articulando os achados encontrados às leituras de realidade produzidas pelas autoras no que se refere aos marcadores de geração, gênero, classe e raça, a partir de três pilares.

O primeiro refere-se ao fato de que os documentos e teorias não são isentos de intencionalidades e objetivos, pois ao apontar dados e anunciar realidades, se pretende contribuir para o rompimento ou manutenção dos sistemas de opressão. Portanto, aqui optamos por uma metodologia crítica, historicizada e contextualizada de análise sobre a velhice.

A contemporaneidade é marcada, dentre outros elementos, pela fetichização de processos, que obscurecidos, são tratados como imutáveis e naturais, não sendo destinado um olhar histórico a como esses processos são construídos. Essa realidade é intensificada pela urgência e imediatismo, que precarizam não só a produção de matérias, como também a reflexão, dificultando, assim, a superação da homegeneização. Dessa feita, é necessário desvelar o processo de reprodução das desigualdades sociais na sociedade do capital, que também se dá na produção de documentos, de forma a trazer à tona as subalternizações e violações de direitos que marcam diversos grupos sociais (Prates; Prates, 2009).

O segundo pilar diz respeito à heterogeneidade dos processos de envelhecimento e da velhice, visto que esses são reflexo das condições, contradições e negações de direitos que marcam o curso de vida dos indivíduos. Portanto, não envelhecemos de forma homogênea, mas carregamos no corpo e no nosso envelhecimento os resultados de opressões vivenciadas, conforme trataremos neste artigo.

A partir desse entendimento, temos o terceiro pilar que orienta essa elaboração: a interseccionalidade consiste em uma ferramenta essencial de análise para a compreensão do envelhecimento, visto que a classe, o gênero e a raça estão imbricados na forma como se envelhece. Isso posto, o próximo tópico tratará desses elementos, tendo como horizonte a desconstrução de opressões e a forja de uma sociedade justa, de cuidados e de respeito para todas as gerações.

## HETEROGENEIDADE E INTERSECCIONALIDADE: PISTAS PARA COMPREENSÃO DO(S) ENVELHECER(ES) E PRÁTICAS GERONTOLÓGICAS

As condições de existência sob a lógica neoliberal têm contribuído para o escamoteamento da compreensão sobre a velhice como um momento da vida humana de forma heterogênea, ou seja, favorece a construção de um(a) velho(a) universal e abstrato(a) que não se materializa na vida social, seguindo o receituário e normativa individualizante, centrados nos aspectos biomédicos e em seus desdobramentos de manutenção constante de um corpo que vislumbra a jovialidade incessantemente. Produzindo, dessa forma, uma cortina de fumaça, que acaba por invisibilizar outras formas de existência, incidindo diretamente na potência e possibilidades reais de se viver dignamente. Subjugando, assim, determinados corpos velhos à qualidade de inúteis, incapazes e abjetos (Oliveira; Salvador; Lima, 2023).

Aspectos esses contribuem cotidianamente a formar esse campo simbólico que permeia a compreensão da velhice como uma construção social, que na contemporaneidade está fincada na lógica de reprodução das relações sociais capitalistas. Como afirma Haddad (2016) em torno de uma ideologia da velhice, embora seja ampla a compreensão de que o envelhecimento populacional é uma realidade em quase todo o mundo, é a velhice que está em risco pelo fato de viver mais, ou ainda, como diz Oliveira, Salvador e Lima (2023), um envelhecimento sem velhice.

Como afirma Debert (2009), do ponto de vista antropológico, a forma como a vida é periodizada, as categorias de idade presentes em uma sociedade é um material privilegiado para pensar a produção e reprodução da vida social. No entanto, pensar as pesquisas em envelhecimento e velhice é esbarrar em três dificuldades, são elas: a velhice como categoria socialmente produzida, hegemonicamente têm como referência os processos biológicos universais, na sociedade contemporânea tais questões são vistas como problemas sociais e há uma institucionalização de um discurso científico especializado, neste caso o saber gerontológico hegemônico, biomédico. Portanto, a velhice como categoria socialmente

produzida é marcada por sua historicidade, abrindo espaço para uma variabilidade nas formas de conceber e viver o envelhecimento, ou seja, é heterogênea.

Dados recentes do IBGE (2023), apontam que dentre as pessoas com mais de 60 anos o grupo mais populoso é representado pela população entre 60 a 64 anos. Em contrapartida, o maior crescimento relativo está para a população entre 65 a 69 anos. Isso significa que não estamos apenas chegando aos 60 anos, mas que a tendência é vivenciarmos a longevidade por ainda mais tempo no curso de vida, chegando aos 80 e até mesmo aos 100 anos.

Informações como essa, quando pensadas pela ótica da heterogeneidade da velhice, na contramão do neoliberalismo, revelam que não podemos homogeneizar tais grupos levando em consideração apenas o indicador etário, marcado pela cronologização da vida. Como afirma (Debert, 2009), ou seja, sob a égide do *ethos* neoliberal ao chegarem aos 60 anos as pessoas passam a ter necessidades hegemonicamente representadas pela imagem do conceito da terceira idade.

Mas, o que na verdade representa socialmente essa noção ocidental contemporânea acerca da terceira idade? De modo geral, representada por pessoas brancas, que acessaram o mercado de trabalho formal e que, portanto, contribuíram para a previdência social, são resguardados pelo direito ao benefício previdenciário da aposentadoria, demarcando o perfil de pessoas idosas que aquecem o mercado de viagens, atividades e grupos para a terceira idade.

Ora, mas a previdência e o lazer não são direitos fundamentais previstos no Estatuto da Pessoa Idosa? Sim, mas a questão se desdobra na raiz da discussão aqui presente, no centro das desigualdades sociais, pois o acesso a direitos socialmente constituídos à pessoa idosa são pensados e dirigidos a esse indivíduo universal, descrito pelos diversos documentos e marcos legais, por meio do princípio da igualdade. Invisibilizando velhices descobertas pelo sistema previdenciário, gerações que dependem do trabalho informal para a sobrevivência, que no máximo terão acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) da

política de Assistência Social, e que, para tanto, precisam comprovar uma realidade de pauperismo.

A ideia de terceira idade, converge com a lógica de reprivatização da velhice, a qual revela uma gestão do envelhecer centrada no indivíduo idoso. Como afirma Debert (2012), mediante a crescente população idosa o saber especializado na gestão da velhice, a gerontologia desempenhou socialmente um duplo movimento no reconhecimento da velhice no Brasil, ou seja, na medida em que contribuiu para visibilidade e reconhecimento da velhice como uma questão pública e não apenas responsabilidade filantrópica e privada, também ajudou a construir a imagem social do indivíduo idoso, que sem dúvidas nessas transformações contribuíram para a ascensão de conquistas de direitos sociais como a aposentadoria.

No entanto, acrescenta que esse modelo de gestão acarretará nesse processo de reprivatização da velhice, a qual designa ao sujeito idoso cuidar por meio de estilo de vida, escolhas individuais que busquem esse grau de funcionalidade satisfatório para uma velhice bem sucedida.

A nova imagem do idoso não oferece instrumentos capazes de enfrentar a decadência de habilidades cognitivas e controles físicos e emocionais que são fundamentais na nossa sociedade, para que o indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo, capaz de um exercício pleno dos direitos da cidadania. A dissolução desses problemas nas representações gratificantes da terceira idade é um elemento ativo na reprivatização do envelhecimento, na medida em que a visibilidade conquistada pelas experiências inovadoras e bem sucedidas fecha o espaço para situações de abandono e dependência (Debert, 2012, p. 15).

Ou seja, se reconhece a necessidade de ampliação de agenda e políticas públicas sobre envelhecimento, muitas vezes visto pela égide da problemática e não da conquista social, de modo que possa de forma normativa expandir a ideia de funcionalidade de um corpo que precisa se manter ativo e jovial. Esse é o tipo ideal, abstrato, de uma velhice hegemônica, a qual, portanto, invisibiliza interseções estruturantes da formação sociohistórica da sociedade brasileira como as desigualdades sociais marcadas pelas diferenças de classe, raça e gênero.

Dessa forma não é possível compreender o envelhecimento e a velhice, sem considerar os aspectos de gênero, classe e raça, haja vista os dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023a), que apontam para o envelhecimento populacional e a feminização da velhice, visto que das mais de 32 milhões de pessoas idosas no país, mais de 17 milhões são mulheres, o que representa em percentual que mais de 55% da população longeva é feminina. Embora esses números sejam fundamentais, também é necessário elucidar como se conectam as dimensões de gênero, raça, de classe, de deficiência, de capacidade funcional, de regionalidade, de local de moradia, dentre outros elementos, que determinam quem e como se envelhece no Brasil.

Pensando a trajetória de vida de trabalhadores(as) que ao longo do curso de vida ao venderem sua força de trabalho, contribuindo para o modo de produção e, portanto, implicados na forma de reprodução das relações sociais capitalistas e das desigualdades fincadas em estruturas de classe, raça e gênero, inerentes a esse modo de produção o que se percebe é que vidas são diretamente marcadas desde a infância em suas possibilidades reais de existência.

A trajetória de vida de crianças e jovens duramente discriminados desemboca numa velhice repleta de obstáculos. Consideremos a falta de mobilidade nas cidades e em grandes parte dos bairros, em geral periféricos, indicador que compõe o cotidiano de pessoas de todas as idades, podendo ser considerada como uma barreira contribuinte para o alto percentual de isolamento de velhos e velhas, sobretudo para as pessoas de cor preta, tendo em vista a grande maioria desse segmento residir nesses bairros (.). (Paiva *et al.*, 2021).

Quando esses aspectos são articulados com o acesso a saúde e educação, temos o aprofundamento da negação desses direitos à população negra que envelhece. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) sobre educação de 2020, apontam para diferença da taxa de analfabetismo entre a população negra e velha no Brasil quando comparadas com pessoas brancas. Enquanto os dados apontam

para uma média de 9,5% a taxa de analfabetismo de pessoas brancas e velhas, esse dado sobe para mais de 27% para pessoas negras e velhas.

Importante ressaltar que os dados de analfabetismo no Brasil tem uma relação direta com a idade, ou seja, quanto mais velho, maior é a proporção de analfabetismo. dentre os grupos mais jovens, os principais motivos para o abandono dos estudos (ensino médio) é a necessidade de trabalhar, em especial as mulheres, são a falta de interesse em estudar, gravidez e trabalho. Sendo que esse dado da “falta de interesse” ganha força na região nordeste do Brasil.

Cabe aqui relativizar o que vem a ser esse indicador “falta de interesse”. Como ter interesse por algo que ainda possivelmente não se mostrou como uma oportunidade real de acesso? Quando na vida cotidiana as necessidades de alimentação, moradia, por exemplo, estão ali presentes e se precisa trabalhar para garantir, pelo menos, a subsistência? E como anteriormente explicado, os espaços de moradia e mobilidade urbana, representam desafios de acesso à saúde e educação para as pessoas de todas as idades. Já na zona rural, como deixar o trabalho e percorrer por horas, muitas vezes sem transporte para acessar um equipamento de educação formal? Essas são indagações que precisam ser feitas quando nos deparamos com dados estatísticos, precisam ser confrontados com a vida social. Na ótica neoliberal, essa é uma preocupação do indivíduo, refletindo suas escolhas e méritos, esse é o discurso que encobre e naturaliza as desigualdades aqui expostas.

A PNAD (2020) ainda aponta que esses dados, racializados, vêm mudando, embora ainda persista a diferença média de estudo entre pessoas brancas e negras (pardas e pretas). Pessoas brancas têm em média 10, 4 anos de estudo, pessoas de cor preta e parda tem 8, 4 anos de estudo, reforçando aqui, que quando visto pelo marcador etário, pessoas brancas com mais de 60 anos apresentam 9,5% de taxas de analfabetismo, isso sobe para mais de 27% quando falamos de pessoas velhas pretas ou pardas.

Esses são dados indispensáveis para avaliar o panorama do mercado de trabalho, e como pessoas pretas e pardas, em especial as mulheres negras e velhas, vão ocupar profissões menos valorizadas

socialmente e o mercado informal de trabalho. Dados do IBGE (2022), por meio do estudo e pesquisa sobre desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, vem corroborar com esse entendimento que as desigualdades raciais no Brasil são importantes vetores das desigualdades sociais para o país. Revelando como no tempo e espaço da história populações de cor ou raça preta, parda e indígenas estão em maior vulnerabilidade socioeconômicas.

Apesar da população preta e parda representarem, respectivamente, 47% e 9,1% da população brasileira, as condições de vida ligadas ao mercado de trabalho e à distribuição de renda, condições de moradia, patrimônio e educação de pessoas brancas apresentam melhores níveis de acesso a esses direitos sociais. Nessa série histórica desde 2012 até 2022, as pessoas pretas ou pardas se mantiveram, no que diz respeito à força de trabalho na condição de desocupação ou subutilização em relação a pessoas brancas.

Outro indicador é que embora tenham suas diferentes regionais, em percentuais as pessoas brancas ainda continuam significativamente ocupando cargos de gestão em relação a pessoas pretas ou pardas. Assim como, mesmo tendo o mesmo perfil de escolaridade, pessoas pretas ou pardas continuam ganhando menos que pessoas brancas em seus postos de trabalho. No trabalho informal, ou seja, considerado aqueles postos de trabalho marcados historicamente por condições mais precárias e/ ou ausência de proteção social, como à previdência social e, portanto, na velhice o não acesso à aposentadoria essa disparidade se mantém.

Enquanto 32,7% das pessoas ocupadas brancas estavam em ocupações informais, entre as pretas esse percentual atingiu 43,4% e, entre as pardas 47,0%, em 2021. A maior informalidade entre pessoas de cor ou raça preta ou parda, em relação às brancas, foi verificada ao longo de toda a série. As regiões Norte e Nordeste apresentaram os resultados mais elevados, notadamente entre pessoas pretas ou pardas, cujas proporções, em 2021, situaram-se próximas a 60%. (IBGE, 2022, p. 3).

Portanto, entendemos que a análise do envelhecimento deve se dar de forma historicizada, considerando sua heterogeneidade e as

consequentes desigualdades que permeiam a sociedade do capital, que permeiam as trajetórias em todo curso de vida. Como foram se constituindo no cotidiano suas condições de acesso à saúde, moradia, educação, trabalho, dentre outros direitos sociais que não estão dissociados da classe, raça ou cor e gênero.

No esforço de compreender como as opressões se cruzam, o conceito de interseccionalidade foi cunhado no bojo do movimento feminista negro com vistas a apreender a interação entre tais opressões e seus impactos na vida dos indivíduos, uma vez que o racismo, o patriarcado, o classismo, o idadismo, dentre outros sistemas opressivos forjam desigualdades estruturais que definem o viver dos grupos oprimidos, bem como definem ações e políticas que contribuem para a manutenção e intensificação dessas desvantagens (Crenshaw, 2002).

Esse conceito também compreende que o poder detém quatro diferentes domínios, que, se perpetuam no tempo e no espaço, agindo de forma articulada na determinação das práticas organizacionais, quais sejam o domínio estrutural do poder que diz respeito às estruturas das diversas instituições e espaços sociais, tais como saúde, lazer, educação, trabalho, dentre outros; o domínio cultural, que constrói e propaga a ideologia de que a sociedade é justa e que há acesso igualitário às diversas oportunidades, escamoteando as desigualdades; o domínio disciplinar que determina as regras e disciplina os indivíduos, conforme sua raça, classe, gênero, idade, dentre outros aspectos; e o domínio interpessoal, que concerne à como as pessoas vivenciam a conexão entre os domínios anteriores, delineando, assim, as identidades interseccionais e suas interações (Collins; Bilge, 2020).

Tais domínios de poder são facilmente percebidos quando lançamos o olhar de forma atenciosa às velhices brasileiras. Do ponto de vista estrutural, a velhice é vista como onerosa, como um óbice à economia e como oposta ao desenvolvimento, sendo inclusive, culpabilizada por contrarreformas sociais a exemplo da reforma da previdência, que alegou como uma das justificativas de sua proposta de retirada de direitos das diversas gerações o crescente envelhecimento populacional. Dessa feita, é incitada a oposição entre as gerações, a ideia de que tratar dos

direitos das pessoas velhas é oposto a reivindicar direitos de pessoas das demais idades, tampouco se pensam em políticas públicas destinadas às amplas e heterogêneas demandas da população com mais idade.

Na esfera do domínio cultural, a reprivatização da velhice enlaça essa perspectiva ao defender que escolhemos a forma como envelhecemos, apontando um receituário biomédico e universal de como se deve envelhecer, sem, contudo, considerar as desigualdades de acesso a esse previsto receituário, tais como o acesso à renda e à alimentação, não só a de qualidade, mas também em quantidade, quando consideramos o alto índice de insegurança alimentar no país; a prática de atividades físicas diante de um sistema que investe intensamente na produtividade e na agilidade, desembocando em uma escassez de tempo vivido ao passo que se dá o excesso do tempo de produção; o crescente número de pessoas com sofrimento mental; o genocídio da juventude negra; as condições de trabalho informal e precarizado que dificilmente acarretarão em uma aposentadoria no futuro; a fragilização das políticas públicas, dentre outros elementos.

Assim, no domínio cultural temos um ideário que nos diz cotidianamente que envelhecer bem é não parecer ser velho, que o envelhecimento ativo e a juventude podem ser adquiridos, desconsiderando as condições adversas enfrentadas em um país de desigualdades estruturais como o Brasil, no qual nem todas as pessoas conseguem envelhecer, quiçá de forma ativa.

A reprivatização da velhice também se articula com o domínio disciplinar, visto sua normatização sobre o envelhecimento “bem-sucedido”, entretanto o domínio disciplinar também se conecta com um outro conceito, o do idadismo, que de forma galopante se faz presente nos diversos espaços e relações sociais. Com base no preconceito em razão da idade, ou seja, no idadismo, se espera uma velhice massificada, universal, na qual todos os indivíduos apresentem os mesmos desejos, dificuldades e demandas. Ora tratada de forma massificada, ora de forma infantilizada, a velhice por essa ótica segue um padrão e tudo o que for dissidente dele é ridicularizado ou violentado. Das pessoas velhas

não se espera sexualidade, protagonismo, desenvolvimento, desejos ou opiniões.

Por fim, temos o domínio interpessoal que é expresso nas múltiplas velhices, nas pobres, femininas, racializadas, periféricas, frágeis, sozinhas, em situação de rua, no mercado de trabalho informal e em tantas outras realidades que demonstram a intersecção dos sistemas de opressão.

Isso posto, convém considerar que no que se refere às políticas públicas tais domínios se fazem presentes tanto no seu planejamento como na sua omissão. Sobre isso, Crenshaw (2002) salienta que a discriminação interseccional é escamoteada em contextos socioeconômicos, culturais e políticos nos quais se constrói um silencioso cenário de subjugação feminina, como se essa condição fosse natural e esperada, atribuindo pesados encargos às mulheres, especialmente as pobres e racializadas, tais como as políticas de ajustes estruturais das economias em desenvolvimento, que jogam sobre essas mulheres a responsabilidade pela prestação dos serviços anteriormente providos pelo Estado, a exemplo dos cuidados à população idosa.

Além disso, as adicionais estruturas de classe determinam quais mulheres executarão fisicamente esse trabalho e quais mulheres pagarão outras, economicamente desfavorecidas, para que prestem esse serviço. Assim, mulheres pobres acabam tendo de carregar o peso do cuidado da família dos outros, além da própria. As consequências do ajuste estrutural, especialmente onde a desvalorização da moeda reduziu os salários, colocam tais mulheres em uma posição econômica que as força a assumir ainda mais trabalho, geralmente marcado pelo gênero, que as mulheres da elite podem assegurar através do mercado (Crenshaw, 2002, p.180).

Assim, não apenas o envelhecimento, mas também o cuidado é marcado pelas questões de gênero, classe e raça e suas respectivas desigualdades. Condição que assume ainda maior vulto diante do neoliberalismo, visto que esse, atrelado à mundialização e à reestruturação produtiva, amplifica as desigualdades de gênero, classe e raça, assim como interfere diretamente nas diversas políticas públicas, dentre elas a de cuidado. Nesse molde societário, há uma reconfiguração do papel

do Estado, traduzida na sua retração frente às políticas públicas, desregulamentação das relações trabalhistas e aprofundamento da pobreza. O neoliberalismo propõe assim inúmeras contrarreformas, que contemplam, dentre outros elementos, na retirada de direitos, no desfinanciamento e na mercantilização das políticas sociais (Miranda; Teixeira, 2021).

Dessa feita, tem-se um descompasso entre a intensificação das demandas de cuidados e a diminuição de sua oferta pelo Estado. A partir daí, o cuidado passa a ser visto como uma responsabilidade individual e uma atribuição familiar, especialmente das mulheres, sendo marcado pela mercantilização, o familismo e a refilantropização para os indivíduos que não podem pagar por ele. Também é essencial demarcar que o cuidado no Brasil carrega a herança colonial de sua formação sócio-histórica, fundada na escravização e no patriarcado. Assim, o cuidado é fornecido por mulheres, racializadas, pobres, com pouca ou nenhuma escolaridade e de áreas periféricas (Miranda; Teixeira, 2021).

Trabalhos que não vão constar, por exemplo, na precificação ou tratado como parte do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Que fica silenciado, como se fosse uma dívida feminina exercer determinadas formas de atividades e cuidado. Dados da PNAD (2023), a qual discorre sobre outras formas de trabalho de 2022, aponta que dentre as mais de 148 milhões de pessoas a partir de 14 quando entrevistadas se realizaram afazeres domésticos em seu domicílio ou de outra pessoa, mais de 85% responderam que sim.

Sobre a divisão dessas tarefas por gênero, em percentual mais de 91% das mulheres responderam que sim. Em sequência 78, 6% dos homens também responderam sim. Quando visto por tipo de afazer doméstico permanece grande a diferença entre homens e mulheres, boa parte dessas tarefas continuam concentradas nas mulheres. Como por exemplo, ligadas a alimentação, cuidados com as roupas, limpeza do domicílio, dentre outras.

No que diz respeito às atividades de cuidado de pessoas, entendendo que se está falando desde auxílio nos cuidados pessoais como, alimentação, banho, administrar remédios; nas atividades educacionais; fazer companhia e acompanhar em atividades como sociais, culturais,

religiosas, esportivas, médicos, exames, dentre outros. (IBGE, 2023). Em 2022, mais de 50 milhões de pessoas de 14 anos ou mais afirmaram realizar esse trabalho, a faixa etária que mais desempenham essas atividades são as de 25 a 49 anos. No que diz respeito ao sexo, a taxa de realização desses cuidados é de 34,9% por mulheres e de homens é de 23,3%. Quando vista a questão por raça e cor, temos 29,4% de pessoas pretas e 31,0% de pessoas pardas realizando os cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não moradores, enquanto essa taxa cai para 27,4% para pessoas brancas.

Quando visto, os dados considerando mulheres pardas e pretas e brancas, esse percentual se torna ainda mais perceptível na diferença. Enquanto 38,0% das mulheres pardas e 36,1% das pretas realizaram tais cuidados em 2022, a taxa de realização entre as brancas foi 31,5%. No que tange a idade, o tempo gasto com esses afazeres domésticos e / ou cuidados de pessoas, aumentam com a idade. Pessoas com mais de 50 anos tendem a gastar mais de 18 horas, enquanto jovens de 14 a 24 anos, gastam 13 horas por semana. (IBGE, 2023).

Como podemos visualizar, são as mulheres pardas e pretas que continuam sendo a maioria em desempenhar tais atividades de afazeres domésticos e o cuidado de pessoas, o que precisa ser apontado é que a interseccionalidade está presente no cuidado não apenas no que se refere à quem oferta, mas também a quem acessa. Pessoas velhas negras que necessitam de cuidados, em sua maioria (72%) contam com suas famílias ou amigos(as), já os(as) velhos(as) brancos(as) têm maior acesso ao cuidado pago, visto que 40% contam com profissionais para esse suporte (Miranda; Teixeira, 2021).

Outro aspecto a se pensar na dinâmica do cuidado visto de forma interseccionada e heterogênea é que quanto maior a idade, maior a possibilidade de demandar cuidados de longa duração. A população de 80 anos ou mais de idade é a que mais cresce no Brasil, representa a que mais demanda de cuidados e que pode apresentar algum tipo de dependência. E são as mulheres, nesse contexto, que passam por mais tempo demandando esses cuidados, ou seja, enquanto homens idosos com 80 anos ou mais podem vir a demandar em torno de 3,4 anos dependentes

de cuidados mais intensivos, as mulheres podem chegar a 4, 7 anos (Camarano, 2020, p. 7).

Corroborando ainda com os dados da PNAD (2023) que trata de outros trabalhos, Camarano (2020, p. 10) aponta a feminização do cuidado, que pudemos visualizar que não se trata apenas de cuidados destinados a pessoas idosas, mas a crianças e pessoas com deficiência, por exemplo.

(...) a maioria dos cuidadores familiares é formada por mulheres, 72,1%. Entre elas, predominam as casadas, que sabem ler, não receberam treinamento, não são remuneradas e cuidam todos os dias da semana. Isso reflete não só a insuficiência familiar, mas também a insuficiência de políticas de cuidados que apoiem as famílias na sua necessidade de cuidar. Lima e Costa et al. (2016) apontaram diferenças no recebimento de ajuda por grupos socioeconômicos. Dado que o Brasil não dispõe de nenhuma política nacional para “ajudar a família” a cuidar dos seus idosos, o custo do cuidado familiar fica a cargo da família. Isso pode explicar a menor ajuda recebida pelos idosos situados nos estratos sociais mais baixos.

De acordo com Camarano (2020), a maior demanda de cuidado acontece em um momento em que está menor a oferta de cuidadores familiares. Convém demarcar que isso diverge da perspectiva de culpabilizar a família, mas que é urgente e necessário no Brasil um debate profundo sobre a oferta de cuidados de longa duração em formato de política pública. Sendo esse mais um dos reflexos das desigualdades sociais que afetam as condições de cuidado e saúde de toda população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Um sorriso negro  
Um abraço negro  
Traz felicidade  
Negro sem emprego  
Fica sem sossego  
E negro é a raiz da liberdade*

*Negro é uma cor de respeito*

*Negro é inspiração*

*Negro é silêncio, é luto*

*Negro é a solidão*

*Negro que já foi escravo*

*Negro é a voz da verdade*

*Negro é destino, é amor*

*Negro também é saudade.*

(Sorriso Negro, Dona Ivone Lara).

As palavras da sambista e enfermeira Dona Ivone Lara, que ao longo do seu curso de vida rompeu com os paradigmas de sua época, cresceu em meio a música, estudou, se formou enfermeira e sua própria história é em si, uma não conformidade diante dos padrões machistas, sexistas e idadistas, se tornando uma das primeiras mulheres compositoras de samba enredo com visibilidade em todo país, seu samba “*sorriso negro*” tem muito a nos ensinar e contribuir sobre o olhar e direcionamento crítico que podemos dar as nossas práticas de pesquisa e profissionais.

Partindo do conhecimento interdisciplinar característico do saber gerontológico é necessário dialogar com as ciências e pesquisas que abordam as desigualdades sociais inerentes ao processo de formação sócio histórica do país. A ausência dessa leitura de realidade, pode vir a comprometer a efetividade de nossas práticas, na medida em que não enxergam a heterogeneidade das formas de envelhecer da sociedade brasileira e conseqüentemente, não destinam a elas um olhar atento a suas peculiaridades.

Urge refletirmos sobre como produzimos e utilizamos o fazer científico para dirimir desigualdades ou se com esses elementos aprofundamos as distâncias de acesso a direitos humanos. Para tanto é necessário não homogeneizar e essencializar o que falamos sobre pessoa humana, com base em uma percepção idealizada que corrobora com a ideia de um indivíduo que em tese vai ser visto pelo princípio da igualdade, entre desiguais. Assim, é fundamental refletir de forma equânime

e compreender as desigualdades, para construir novas possibilidades de mundo, de ciência e de práticas mais justas, antirracistas, antissexistas e antidadistas.

## REFERÊNCIAS

CAMARANO, Ana Amélia. **Nota técnica nº 64.** Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas. Brasília: IPEA, 2020.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 171-188. 2002.

DEBERT, Guita Grin. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (Org.) **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política: 69-85. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. FAPESP, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice.** 2.ed – São Paulo: Cortez, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, PNAD.** Educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

\_\_\_\_\_. **Estudos e Pesquisas-** Informação demográfica e socioeconômica- nº48. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, PNAD.** Outras formas de trabalho 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

\_\_\_\_\_. **Censo Brasileiro de 2022.** População por idade e sexo Pessoas de 60 anos ou mais de idade: Resultados do universo Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a.

LIMA JÚNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCNEKENBERGH, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, 2021. p.36- 51.

MINAYO, Maria Cecília; COSTA, Antonio Pedro. **Técnicas que Fazem Uso da Palavra, do Olhar e da Empatia:** pesquisa qualitativa em ação. Aveiro, Portugal: Ludomedia, 2019.

MIRANDA, Líbia Mafra Benvindo de; TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho do cuidado no contexto capitalista contemporâneo: o entrelaçamento substancial das relações de classe, “raça” e gênero. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.59, 2021. p. 247-259.

OLIVEIRA, Wagner Ivan Fonseca de; SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira; LIMA, Kenio Costa de. Aspectos determinantes para construção social da pessoa idosa a partir das políticas públicas no Brasil. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.32, n.2, 2023. p. 01-15.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e; SOARES, Raquel Cavalcante; BENEDITO, Jonorete de Carvalho; COSTA, Náíade Melo e CAVALCANTE, Priscylla de Freitas.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15(2);jul.-dez. 2009. p. 111-125.